



Diário da Sessão n.º 108 de 13/09/00

Presidente: Vamos iniciar o *Período da Ordem do Dia* com a apreciação, na generalidade da *Proposta de DLR "desafectação de terreno do Núcleo Florestal da Achada"*.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai para uma interpelação à Mesa.

Deputado Augusto Élavai (PS): É para solicitar à Mesa, nos termos regimentais, um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Interrompemos então os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 11,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Está à discussão, na generalidade, o diploma que "desafecta um terreno no Núcleo Florestal da Achada na Ilha Terceira".

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Faço lembrar aos Srs. Deputados que foram entregues na Mesa um conjunto de alterações para os Artºs. 1º, 2º e 3º, ou seja, para todos os artigos do diploma.



Está aberta a discussão sobre o Artº. 1º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/Partido Popular queria apenas fazer uma referência quanto à alteração proposta pelo Grupo Parlamentar do PS, no sentido de desagregar a desafecção inicialmente prevista, incluindo uma parcela destinada a instalações para o Sport Clube Lusitânia.

Queríamos dizer, em primeiro lugar, que subscrevemos e congratulamo-nos com qualquer política que vise, por parte do Estado, neste caso da Região, criar condições para que o associativismo em geral e as colectividades em particular, possam desenvolver as suas actividades no sentido de constituírem recursos próprios, susceptíveis de financiar os seus projectos, sejam desportivos, culturais ou de que ordem for.

É um bom princípio e bem melhor do que o Governo andar de *cheque na mão*, nas suas visitas paroquiais às comunidades, distribuindo os dinheiros públicos avulso pelas instituições. Por conseguinte, nessa perspectiva, é bem mais pedagógico envolver as instituições em modelos que rentabilizem a sua actividade.

Gostaria de perguntar se o Governo - é verdade que este executivo tem um mês de vida - terá esta política aplicada pontualmente, e se amanhã, as restantes colectividades da Região, até influenciadas por este bom exemplo que está aqui a ser proporcionado a uma das importantes colectividades dos Açores, o caso do Lusitânia, caso o próximo governo tenha algo a ver com este, irá seguir idêntica política.

É que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este bom exemplo pode e deve-se, naturalmente, louvar. É que dezenas e dezenas de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

colectividades desportivas, nomeadamente, ao nível da série Açores que eu saiba temos mais 9, temos outras e divisões superiores e até temos algumas em divisões regionais que talvez tenham a dinâmica e a capacidade de avançarem para empreendimentos económicos que rentabilizem os seus projectos desportivos, repito portanto, se este Governo está realmente aberto a dar tratamento semelhante, justo, às colectividades que o solicitem. Bem sei que esta aqui será no meio ou no interior da ilha, algumas porventura terão projectos melhor situados, sob o ponto de vista comercial e empresarial, aos olhos de qualquer mortal.

Portanto, era isso que eu gostava de saber, porque acho que essa decisão - repito - me parece importante, e até nos Açores poderá fazer alguma história, pois não estávamos habituados na Região a que os poderes públicos cedessem, no caso presente espaços e terrenos, para virem a ser aproveitados pelas nossas colectividades.

Por conseguinte, Sr. Presidente da Assembleia, o CDS/Partido Popular vai aprovar este diploma, com entusiasmo, votará com satisfação e com a consciência de que deu-se aqui início a uma nova política de suporte do associativismo na Região.

Portanto, daqui para o futuro, seja este Governo ou outro qualquer, que se crie idênticas condições a quem tiver coragem e capacidade de levar por diante projectos económicos ao serviço do nosso associativismo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um breve esclarecimento, na sequência da intervenção que acabámos de ouvir e para dizer que eu registo com agrado a forma como o



Sr. Deputado Alvarino Pinheiro descreve esta cedência, dizendo que é algo de novo. Mas a verdade é que, felizmente, não se trata de uma novidade.

Para outros fins, já foram desafectados da reserva florestal diversas parcelas.

Eu estou-me a lembrar, só nos últimos tempos, de uma fábrica no Pico que foi instalada na zona das Lajes. Portanto, tem sido dezenas de casos ao longo das últimas décadas.

Por outro lado, chamava a atenção para o facto de que neste caso, trata-se apenas de uma desafecção, mantendo a Câmara Municipal - já que ela é a proprietária do terreno - a propriedade do terreno. Mas há muitas outras situações que se tem cedido imóveis e outros espaços a muitas entidades.

Só para exemplo, porque é em Angra também, muito recentemente foi cedido um edifício à Associação de Futebol de Angra. Ainda há relativamente pouco tempo foi cedido um espaço em P. Delgada a uma outra associação, não é nada de estranho e obviamente que isto que estamos a fazer para o Sport Clube Lusitânia, faremos com todo o gosto sempre que tal seja possível, para qualquer outra entidade de interesse público que o peça.

Não há aqui nada de extraordinário, há apenas o seguir uma política de tentar dotar as instituições de utilidade pública dos espaços e dos imóveis de que necessitam, neste caso houve um pedido do Sport Clube Lusitânia, era possível satisfazer esse pedido, o Governo faz a proposta no sentido de satisfazer esse pedido. Mas certamente se aparecer outra entidade de utilidade pública que peça um espaço e que seja possível ceder, faremos o mesmo.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº. 1º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº. 1º com a proposta de alteração apresentada, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº. 2º que também tem uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para referir que este Artº. 2º não tem nada de novo.

A única coisa que tem é uma questão de redacção, isto é, o plural. Achou-se por bem fazer esta alteração, porque havia uma parte substancial que em vez de ser "da referida parcela", ficará melhor "das referidas parcelas", isto para não haver dúvidas, ou a comissão de redacção eventualmente esquecer-se de pôr no plural.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar o Artº. 2º.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº 2º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº. 2º com a proposta de alteração apresentada, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº. 3º, para o qual também há uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para referir que no Artº. 3º foi eliminada a parte final, que fazia referência a um despacho do Ministro da Agricultura, dado que achámos não fazer sentido, uma vez que já estava nos termos da legislação e implementação em vigor.



Presidente: Passamos à votação do Artº. 3º.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artº. 3º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº. 3º com a proposta de alteração apresentada, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do Anexo que resulta das alterações aprovadas.

Os Srs. Deputados que concordam com o Anexo, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Anexo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado na globalidade por unanimidade.

Presidente: Baixa agora à Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seria para uma declaração de voto e para realçar também que embora o preâmbulo não seja votado, terá que ter algumas modificações. E, assim, os Deputados do PS que fizeram as alterações, também têm uma sugestão para o preâmbulo que entregarão na comissão de redacção respectiva, para se quiser aceitar essa sugestão.